

# Política em Marx: notas de um debate contemporâneo entre marxistas brasileiros

Bruno G. Paixão\*

No campo do pensamento marxista, a única assertiva unânime sem sombras de dúvidas é de que não existe unanimidade em seus vários intérpretes. A maior evidência é o número de escolas ou pseudoescolas que reivindicam a verdadeira interpretação da obra de Marx. A consequência disso é um enorme desencontro interpretativo-prático da teoria desse pensador alemão. Nesse sentido, a temática aqui estudada está longe de passar ilesa por essas variedades de análises, muitas vezes parecidas, outras nem tanto, e em sua grande maioria, totalmente díspares. O estudo em questão aborda a política na obra marxiana, procurando entender, a partir da letra de Marx, o real significado de tal dimensão para este autor, assim como a sua validade histórica. Para isso, tentaremos primeiramente mostrar como a temática é abordada por três grandes comentadores marxistas que se debruçaram ou ainda se debruçam sobre o mote da política e sua manifestação material: o Estado. Foram escolhidos três artigos, um de cada comentador. O esforço aqui se dará para apresentar as principais ideias que norteiam a discussão de cada artigo – intervindo nesse primeiro momento apenas pontualmente –, para depois concluirmos de forma breve com o que também pensamos sobre a política em Marx. O primeiro texto é de José Chasin, que vê a política enquanto dimensão essencialmente negativa, seguido pelo artigo de Ivo Tonet, que a entende como elemento negativo na sociedade de classes e que atingiria um status de positividade numa sociabilidade emancipada, e por fim, o artigo de Carlos Nelson Coutinho, que encara a política como sendo essencialmente positiva.

No texto *A determinação ontonegativa da politicidade* o filósofo José Chasin vai propor um trajeto de leitura em algumas obras de Marx que fundamenta sua tese: a de que a política é entendida pelo pensador alemão enquanto uma dimensão essencialmente negativa, ou seja, que ela não emerge enquanto elemento plasmado ao ser social.

---

\* Mestrando em Filosofia Moderna e Contemporânea, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); bolsista Capes. brpja@hotmail.com

Tratando-se de uma configuração de natureza ontológica, o propósito essencial dessa teoria é identificar o caráter da política, esclarecer sua origem e configurar sua peculiaridade na constelação dos predicados do ser social. [...] É ontonegativa, precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do ser social, só o admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial; numa expressão mais enfática [...] apenas e justamente na particularidade do longo curso de sua pré-história (Chasin, 2009, pp. 367-368).

Esse entendimento rompe com uma longa tradição filosófica ocidental que enxerga a política como essencialmente humana, e que todo e qualquer desenvolvimento do homem em sociedade acontece *pari passu* às formações graduais de perfectibilidades políticas. Chasin usa, como textos centrais, dois artigos de Marx publicados nos anais franco-alemães (*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução e Para Uma Questão Judaica*), outro publicado num jornal chamado *Avante!*, *Glosas críticas marginais ao artigo: “O rei da Prússia e a reforma social”*. *De um prussiano*, e o material preparatório para o que viria a ser publicado pelo título de *Guerra Civil em França*. Os três primeiros foram publicados em 1844 e o terceiro data de 1871. Esse corte temporal operado por Chasin tem como fito demonstrar que já nos primeiros textos marxianos o sentido da política possui um caráter negativo, e esse entendimento nunca seria abandonado pelo Marx da maturidade.

Toda a trama central nos quatro textos trazidos à baila por Chasin tem sua unidade complexar nos conceitos de “emancipação ou revolução política x emancipação humana ou revolução de alma social” e a necessidade da extinção do Estado. No artigo em questão, o autor, sempre a partir de Marx, vai mostrar a atualidade dos conceitos elencados acima e demonstrar que sem essas chaves interpretativas qualquer esforço comunista revolucionário estaria fadado ao fracasso. Mas por que tanta convicção em dizer que o não entendimento das diferenças entre emancipação humana e emancipação política, assim como da necessidade de extinção do Estado, destinaria sempre ao movimento operário o fracasso? Porque no caso da emancipação ou revolução política, a transformação na sociabilidade é parcial. Uma classe ou grupo social pode destronar a outra via revolução política e chegar ao poder, mas essa nova dominação não avançaria para a superação das classes sociais, ao contrário, perpetuaria uma nova forma de dominação que favoreceria um grupo ou classe específicos.

[...] revolução parcial, *meramente* política, a revolução que deixa de pé os pilares do edifício. Em que se baseia uma revolução parcial, *meramente* política? No fato de que uma *parte da sociedade civil* se eman-

cipa e alcança o domínio *universal*; que uma determinada classe, a partir da sua *situação particular*, realiza a emancipação universal da sociedade. Tal classe liberta a sociedade inteira, mas apenas sob o pressuposto de que toda a sociedade se encontre na situação de sua classe [...] (Marx, 2010, p. 154 [grifos do autor]).

Todo e qualquer revolucionamento no campo político possui uma limitação ontológica, pois a essência da política é a de manutenção da dominação de uma classe sobre a outra. “O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais.” (Marx, 1995, p. 13). Isso vale também para qualquer forma de mudança no campo do parlamentarismo, ou seja, das disputas eleitorais, com participação direta ou indireta, com conselhos populares ou não, com siglas trabalhistas ou do capital. Todos esses matizes ou formas políticas são limitados, pois não rompem com a histórica dominação do homem pelo homem. No caso da emancipação humana, ou revolução de alma social, o momento político é somente mediador para uma tomada de poder. Neste caso, a chegada ao poder via revolução é só o primeiro ato, e este deve ser seguido à destruição do Estado e não à formação de qualquer espécie de Estado operário, por exemplo. No longo percurso histórico que seria a fase de transição (socialismo), a partir do trabalho associado e de organizações sociais estruturadas em comunas, a política perderia sua primazia perante a altura humana social. E é somente nesse momento que se poderia falar de comunismo, ou de emancipação humana.

No artigo *Trabalho associado e extinção do Estado*, um dos principais estudos marxistas do Estado, Ivo Tonet, aborda a questão da dimensão política em Marx numa perspectiva que leva a entender que a categoria aludida acima teria uma sobrevida numa sociedade emancipada, ou seja, mesmo não explicitado com tais palavras, para ele a política não possui um caráter ontonegativo<sup>1</sup>. Segundo Tonet, pode-se falar apenas de um caráter negativo da política, historicamente determinado, e não que a sua essência carregue consigo esse sentido, pois numa sociedade onde a base seja o trabalho associado, a política cumpriria um papel fundamental, enquanto força social comunal, possuindo assim um caráter nitidamente positivo.

No artigo em questão, porém, em toda a sua construção argumentativa levada até pressuposições da fase de transição (socialismo), o autor segue o mesmo caminho daqueles que entendem a política enquanto categoria essencialmente

1 Em conversas pessoais e por e-mail, Tonet nos falou que está trabalhando num texto que mostrará sua crítica à posição do Chasin referente à política em Marx. Adiantou-nos que o artigo estudado nesse momento já traz elementos de sua futura crítica e que, para ele, a política não seria ontonegativa.

negativa. Primeiro, ele coloca de forma exata, na nossa interpretação, que tal dimensão é uma objetivação fundada, em última análise, pelo trabalho, que surge em consequência da sociedade de classes, enquanto força usurpadora das potencialidades sociais, e se instrumentaliza no aparato ósseo que toma as rédeas das atividades que outrora eram sociais, o Estado. Nesse sentido, Tonet também entende a política enquanto elemento necessário para a exploração do homem pelo homem.

Esta é a essência do Estado: forças sociais apropriadas privadamente, vale dizer, separadas da comunidade, objetivadas e postas a serviço das classes dominantes. O Estado é o instrumento fundamental para a manutenção da exploração do homem pelo homem, para a existência da propriedade privada. Deste modo, a função essencial do Estado concentra-se na defesa da propriedade privada (Tonet, 2014, p. 12).

Mas ao mesmo tempo em que a política cumpre esse papel, ela é de extrema importância para a superação de tal estado de dominação. Esse aparente paradoxo é facilmente resolvido quando entra em cena o conceito de revolução (sempre a partir de Marx), que possuiria dois momentos, um social e um político. No segundo caso, que é a principal questão aqui, é afirmado, ao nosso entendimento de forma correta, que o ato político revolucionário do operariado é imprescindível para destronar uma classe, assim como destruir o Estado (nesse caso, o burguês), reabsorvendo as forças usurpadas por este instrumento da política no conjunto dos revolucionários. Assim, a política é entendida somente enquanto mediação para o ato revolucionário, e esse movimento tem como consequência a tomada do poder político pelo sujeito central da revolução, o operariado, criando assim uma nova classe no poder.

O que gostaríamos de chamar a atenção, apoiados em Marx (*A guerra civil na França*) é que o momento político – no caso da França, a *Comuna* –, embora seja absolutamente fundamental, é apenas uma mediação; ele está subordinado ao fim que deve ser atingido, que é a mudança na forma do trabalho. *Se esta, por impossibilidade histórica ou por erros, não for efetivada, a própria continuidade da reabsorção do poder político pelo conjunto dos revolucionários se verá travada e deformada* (Tonet, 2014, p. 13 [grifos nossos]).

É exatamente no desdobramento dessa última sentença, destacada em itálico que a nossa interpretação diverge da de Tonet. Concordamos com toda sua construção interpretativa posta no artigo, porém, o desfecho nos parece limitado e ilógico. Se a política tem sua origem na sociedade de classes e funciona enquanto garantidora desta, e o pressuposto para uma sociedade comunista é a

superação das classes sociais, como poderia existir essa força estranha (política) numa sociedade sem classes (comunista)? Nesse sentido, não se deve reabsorver poder político numa acepção classista após a reorganização produtiva possibilitada pelo trabalho associado, mas sim, deve haver uma reabsorção do poder social usurpado sob a forma de poder político. A diferença é crucial para o entendimento da questão. Vejamos como Marx coloca esse ponto:

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada [...] quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, *não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política* (Marx, 2004, p. 54 [grifos nossos]).

No socialismo a política é perfeitamente compreensível, pois nesse período ainda existirá a subordinação de uma classe à outra, mas numa sociedade emancipada (comunista), onde um dos pressupostos é a inexistência da dominação do homem pelo homem, ela perderia completamente seu sentido.

Para concluir, Tonet deixa uma aparente esperança ao falar de que o poder político revolucionário deixará de existir, porém, o fato de ele dar nome a esse poder político, esconde sua crítica à interpretação chasiniana. Quando Tonet fala que o poder político da classe revolucionária no socialismo deverá se extinguir, ele está se referindo apenas ao poder político de uma classe, ou seja, que o caráter negativo da política deixará de existir, já que o comunismo pressupõe a não existência das classes sociais, e entrará em cena uma política positiva, de caráter social, que estaria a serviço de uma nova organização societal como fundamento para o livre desenvolvimento humano. Tonet, assim como grande parte da tradição filosófica não marxista, no desfecho de seu pensamento cai no “canto da sereia” de uma mudança qualitativa do sentido da política numa sociedade emancipada.

Num outro ponto totalmente oposto em relação aos dois autores anteriores, aparece o pensamento de um dos maiores estudiosos do marxismo no Brasil, Carlos Nelson Coutinho, falecido em 2013. Em seu artigo intitulado *Democracia como valor universal*, publicado em 1979, lançou as bases que norteariam toda a esquerda brasileira reformista, que viria a partir daí a assimilar socialismo com democracia verdadeira, e, com isso, jogar os últimos palmos de terra à perspectiva revolucionária de transformação social. Esse texto, que sofre de um grande filtro interpretativo do marxista italiano Antonio Gramsci, tem seu cerne argumentativo no fato de que deve se colocar na ordem do dia uma “nova forma” que possibilite chegar ao socialismo, e nele se consolidar enquanto sociabilidade política de todos. Para C. N. Coutinho, o caminho não é mais a revolução proletária, nem política, e muito menos social – como aponta Marx, segundo os artigos an-

teriores – e sim uma reorganização das massas subalternas e dos seus respectivos organismos de “combate” (Partidos, Sindicatos, OAB, CEBs, CNNBB etc.), através das chamadas “guerras de posição” em todos os espaços políticos possíveis.

É nossa convicção que a democracia de massas (a expressão é de Ingrao) que deve servir de superestrutura à transição para, e à construção de, uma sociedade socialista tem de surgir dessa articulação entre as formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta; essa articulação, como dissemos, deve promover a síntese dos vários sujeitos políticos empenhados na transformação social (sic) uma síntese que – respeitada a autonomia e o pluralismo dos movimentos de base – seja a portadora da hegemonia dos trabalhadores sobre o governo da sociedade como um todo. (Coutinho, 1979, p. 39).

Esse ensaio para o que ele chama de futura “socialização da política” seria uma estratégia a ser adotada com vistas a experimentar e educar toda a massa não patronal no trato do poder. A guerra de posições abriria espaço para a dominação hegemônica da classe subalterna, e essa, por sua vez, enquanto classe que representaria todo grupo social aliado do poder, instauraria uma democracia verdadeira, ou universal. Para Coutinho, a proposição de Marx sobre ditadura do proletariado já não teria mais validade nessa quadra histórica. O caminho e a consolidação do socialismo estariam pautados na luta democrática das massas pela refundação de uma democracia de bases novas, opostas às que se erigiram até o momento. A isso, talvez a resposta do pensador alemão a Lassale sirva para exemplificar o que ele pensava sobre democracia:

Apesar de toda sua estridência democrática, o programa está totalmente infestado da credulidade servil no Estado [...] ou, o que não é melhor, da superstição democrática, ou, antes, consiste num arranjo entre esses dois tipos de superstição, ambos igualmente distantes do socialismo (Marx, 2012, p. 46).

A nova sociabilidade proposta por Coutinho estaria na “socialização da política”, e não no fim da mesma. A democracia universal seria possível por um prolongamento da política no seio da sociedade, que teria como consequência uma lenta e gradual extinção do Estado. Para Coutinho, é no aperfeiçoamento da forma política, materializada no conceito de democracia universal ou verdadeira, que uma sociedade poderia postular seu *status* emancipatório. Tal interpretação parte do pressuposto de que primeiro deve se conquistar o Estado pela junção entre as massas sociais e o corpo progressista do parlamento, e a partir daí prolongar o campo de participação política de todas as classes sociais até que o Estado e as classes se dissolvam. Como seria possível acabar com o Estado uti-



lizando uma forma (democracia) nova de Estado? Como extinguir as classes sociais alargando os poderes políticos, se esses mesmos são reconhecidos pelo próprio autor como “poderes sociais usurpados”, ou seja, sempre estarão a serviço de uns ou de outros? Como colocar a socialização da política enquanto pressuposto da supressão da propriedade privada, se ontologicamente a política surge exatamente para garantir essa forma de exploração de muitos por poucos? Coutinho, em seu revisionismo reformista, aparentemente sofisticado, de Marx, entra num histórico beco sem saída: o de tentar romper com velhas formas políticas, através da utilização da mesma dimensão sob a ilusão do novo, sem perceber que o problema não está na apresentação material que essa possa ter, e sim na sua própria essência, que é a manutenção da sociedade de classes. Sobre essa forma de luta proposta por C. N. Coutinho, Marx é categórico: “[...] todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., não são mais do que as formas ilusórias [...]”. (Marx & Engels, 2007, p.37).

A discussão sobre o caráter da política em Marx está longe de ser esgotado, ao mesmo tempo, distante está também de ser assunto secundário dentro do marxismo. Essa temática se torna tão importante hoje como nunca, pois em nenhum momento da história as contradições do capital se elevaram a níveis tão agudos e a barbárie da qual nos lembra Mézáros (2002) não está num futuro longínquo, ela já nos avizinha. Nesse sentido, entender qual a essencialidade da política em Marx, submetê-la ao juízo da realidade concreta e histórica, é de extrema importância para a luta da humanidade contra um sistema incontrolável e inumano. Sem um entendimento do real sentido da política, toda e qualquer luta dar-se-á nos limites do Estado capitulado à lógica do capital.

É a partir dessa necessidade histórica que o presente esboço lança-se à crítica sobre a ideia do homem político por natureza, entendimento dominante na tradição filosófica ocidental, na qual essa dimensão aparece enquanto elemento inerente ao ser social, e o desenvolvimento da humanidade estaria atrelado ao aperfeiçoamento das formas políticas. Mostramos nossa adesão, em parte, à interpretação de José Chasin, inclusive aceitando a categoria da “ontonegatividade da politicidade” como correta para a definição do sentido ontológico da política, mas criticamos o mesmo ao retirar do operariado a primazia (não por questões morais, mas sim pela sua função social) frente à luta revolucionária. Seguimos, até um ponto, na trilha argumentativa proposta por Tonet, porém, desviamos desta porque discordamos completamente com a possibilidade de uma mudança de estado qualitativo da política, passando do negativo para o positivo. E no que diz respeito à interpretação de C.N. Coutinho, nos opomos categoricamente do início ao fim. Ela, que é hoje majoritariamente aceita pela pseudoesquerda socialista, é totalmente oposta ao pensamento marxiano; dela não se pode imputar uma só categoria a Marx.

Entendemos a política enquanto elemento desefetivador do desenvolvimento das potencialidades humanas, isto é, como uma categoria negativa, pois sua função social é regular, ou normatizar a sociedade de classes. Ela surge a partir do aparecimento da propriedade privada, funcionando como poder usurpado da sociedade, garantidor da nascente relação de domínio do homem pelo homem. Neste caso, toda tentativa de melhoramento da forma política, sem tocar nos seus fundamentos com o objetivo de suprimi-los, só levaria a uma nova forma de dominação. Segundo Marx

O Estado jamais encontrará no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos males sociais, como o “prussiano” exige do seu rei. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado (Marx, 1995, p. 11).

Esse raciocínio serve também para o operariado, caso este tome o poder político via revolução de alma política com o objetivo de criar um Estado proletário, pois ele valer-se-ia de um instrumento de exploração de classe para efetivar suas aspirações, e, nesse sentido, só se aplicaria uma inversão de classe. Partimos da ideia de que para Marx, o objetivo principal e último não é a tomada do poder político e sua subsequente socialização; esses são apenas um meio primário e negativo com vista à emancipação humana. Primário, pois a revolução “política de alma social” deverá destronar a outra classe; e negativa, porque nesse processo, a dimensão da política ainda predomina exatamente no sentido de que o revolucionamento pressupõe uma luta sangrenta de homens contra homens. Existe aí uma anulação total da humanidade.

Revolução política com uma alma social. A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político (Idem, *ibidem*, p. 21).

O avanço dessa fase de transição (socialismo) rumo a uma sociedade emancipada só será possível com a supressão da propriedade privada, transformando as relações de produção em forças de trabalho associado, formação basi-



lar para que os estranhamentos (no caso específico aqui da política) desapareçam. Se a política é um subproduto da propriedade privada, e a supressão da última é pressuposto para o comunismo, o seu substrato (a política) não teria mais solo para se conservar. É uma impossibilidade ontológica a vigência da política numa sociabilidade sem propriedade privada, ou seja, onde a lógica da produção estaria totalmente voltada às reais vontades humanas. Ao responder sua própria indagação sobre a existência de poder político numa sociabilidade emancipada, Marx é categórico:

Isso significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se em um novo poder político? Não. A condição da libertação da classe operária é a abolição de toda classe [...]. A classe laboriosa substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil. [...] Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas. (Marx, 1946, p. 98).

Na passagem supracitada, a clareza típica do pensador alemão mostra que a vigência da política numa sociedade comunista seria um absurdo sem tamanhos, já que, se estamos falando de uma sociedade sem classes, sem o estigma da dominação do homem pelo homem, e a política é exatamente a dimensão relacional sob forma usurpada do poder social, que sintetiza e possibilita, sob várias e complexas maneiras essa característica da sociedade classista, como pensar a continuidade de uma categoria que é pressuposto para uma determinada relação histórica de dominação se essa relação já não mais existe? O fato, aparentemente simples, de Marx falar em “evoluções” numa sociedade sem classes, ao invés de “revoluções”, revela um conteúdo extremamente coerente na argumentação da passagem, pois, se revoluções políticas só teriam fundamento enquanto meio para destronar uma classe ou grupo social do poder, pressupondo uma sociedade classista, qual seria a validade dela numa sociedade sem classes? Aqui entra em jogo a categoria da evolução social, elemento dinamizador do desenvolvimento omnilateral de uma sociabilidade emancipada. Nesse sentido, revolução e política perderiam – seguindo Marx – sua função social numa possível sociedade comunista.

Não obstante ao que identificamos enquanto posição clara e não titubeante de Marx frente à temática dessas notas, sabemos quão complexa ela é, e o objetivo, ao dialogarmos com os autores e delimitarmos nossa posição durante o texto de forma categórica, está longe de pretensamente dar um ponto final ao debate ou mesmo imprimir uma interpretação que reivindique a verdade abso-

luta, mas apenas trazer o próprio Marx à discussão, e com isso quem sabe, criar no leitor um interesse que há muito se perdeu, de ler diretamente o autor, e a partir daí poder construir sua própria visão sobre as várias querelas que perpassam o marxismo.

### Referências

- CHASIN, José. Marx: A Determinação Ontopositiva da Política. In: *Ensaio Ad Hominem*. N.1, Tomo III – Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem. 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Crítica Ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um prussiano. In: *Revista Práxis*, n. 5, Belo Horizonte: 1995.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Flama. 1946.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- TONET, Ivo. Trabalho associado e extinção do Estado. Disponível em: <[http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/TRABALHO\\_ASSOCIADO\\_E\\_EXTINCAO\\_DO\\_ESTADO.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_E_EXTINCAO_DO_ESTADO.pdf)>. Acesso em 04 de agosto de 2014.

Recebido em 10 de outubro de 2014

Aprovado em 07 de janeiro de 2015